

Falta verba para direitos humanos

Hélio Bicudo e Cançado Trindade querem sistema permanente para solucionar as denúncias contra países americanos

Marcos Savini
Da equipe do **Correio**

Os dois brasileiros que presidem o sistema interamericano de Direitos Humanos estão unindo forças para transformá-lo em um foro semi-permanente. Hélio Bicudo e Antônio Augusto Cançado Trindade estão pedindo mais recursos para os Estados-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), porque querem aumentar o número de sessões nas quais comissários e juízes discutem casos de violações aos direitos humanos no continente.

O jurista e ex-deputado federal Hélio Bicudo tomou posse como presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos na terça-feira, em Washington, onde está a sede da instituição. O professor José Antônio Cançado Trindade, por sua vez, assumiu a presidência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sede na Costa Rica, em setembro de 1999.

Há duas semanas, os dois encontraram-se na Costa Rica para conversar sobre o fortalecimento do sistema interamericano de defesa dos direitos humanos. Ele é formado por duas instituições, a Comissão e a Corte, ambas financiadas pela OEA.

A Comissão, com sede em Washington, recebe denúncias de violações aos direitos humanos e busca soluções amistosas, dentro do quadro jurídico do país onde os crimes aconteceram. Quando não há acordo entre as partes, o caso é encaminhado à Corte, na Costa Rica.

Os processos na Comissão Interamericana de Direitos Humanos começam como iniciativas de indivíduos ou de organizações não-governamentais. Se os esclarecimentos do governo não forem satisfatórios, e uma solução amistosa não for encontrada, eles podem parar na Corte. Ela tem duas opções: determinar um novo julgamento (apenas para casos em que as garantias de defesa não foram cumpridas nos tribunais nacionais) ou impor indenizações financeiras.

MIL CASOS

O número de casos submetidos aos dois órgãos vem subindo. Agora, são mil na Comissão e 35 na Corte. Há apenas um ano, eram 800 na Comissão e 26 na Corte. Por isso, Bicudo e Trindade estimam que é necessário aumentar em 50% os recursos repassados pela OEA para o sistema interamericano de direitos humanos. Sem o incremento, o

Gláucio Dettmar 01/11/1995



Hélio Bicudo une-se a Cançado Trindade na briga por fortalecer o sistema de defesa dos direitos humanos no continente americano

trabalho de comissários e juízes pode começar a acumular, provocando atrasos nos processos.

Atualmente, a Corte realiza quatro sessões por ano, com duração de três semanas cada. A Comissão tem três reuniões anuais. Bicudo e Trindade consideram insuficiente os períodos em que juízes e comissários en-

contram-se para discutir violações aos direitos humanos no continente americano. Querem que os dois órgãos sejam transformados em instituições quase permanentes.

O assunto foi discutido na primeira sessão da Corte, que terminou semana passada. Além de prepararem decisões pendentes,

que serão anunciadas somente na próxima assembléia-geral da OEA (em junho), os juízes discutiram, com os embaixadores dos Estados-membros, a necessidade de obter mais recursos para o sistema interamericano de direitos humanos.

O mesmo acontecerá durante as três semanas de reuniões dos

comissários, em Washington — sessão iniciada com a posse de Hélio Bicudo. Agora, espera-se que os países-membros (em todo continente, apenas Cuba não faz parte, nem da OEA, nem do sistema interamericano de direitos humanos) decidam apoiar os planos dos juristas brasileiros até a assembléia-geral da OEA.